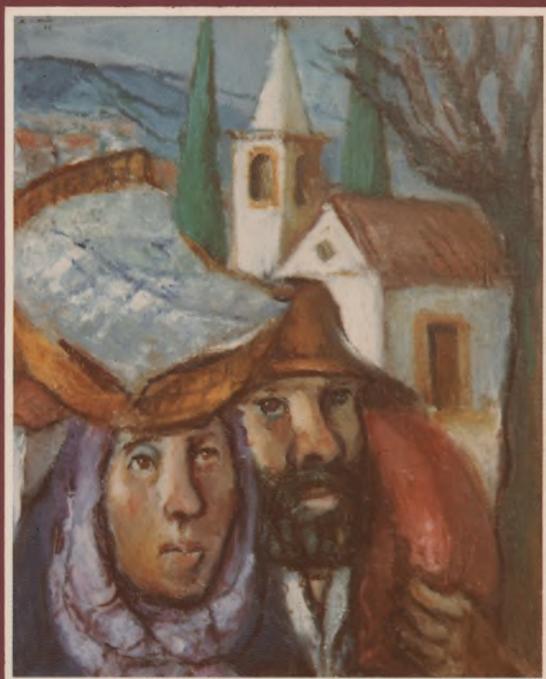


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

## DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

## O IMAGINÁRIO POLÍTICO DO 25 DE ABRIL

*"Para que algo valha como resposta é necessário que exista previamente a pergunta. Eis a razão por que tantas coisas claras permanecem sem ser vistas, tal como se não existissem*

Ernst Bloch

*"Adoro Portugal porque é um país de irrealidade política*

André Malraux

### *Introdução*

1. Passada que foi a "euforia comemorativista" dos últimos meses e porque decorre ainda o período oficialmente consagrado à evocação dos 20 anos da Revolução de 1974, é possível que estejamos na posição ideal, quer em tempo quer em lugar, para levar a cabo uma reflexão serena, profunda e rigorosa (que não tem necessariamente que ser neutra ou fria) sobre esse acontecimento de transcendente importância na nossa história. Não que consideremos condenável ou mesmo inoportuna a própria ideia do debate alargado a todos os meios de comunicação que parece ter sido a nota dominante destas

\* Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

comemorações, embora lhe possamos adivinhar motivações bem menos claras e louváveis do que as apregoadas pelos seus promotores: tentativa de limpar de consciências, recuperação do tempo perdido, se não mesmo o frio e implacável critério comercial da guerra das audiências.

Mas do que discordamos radicalmente é da forma equívoca, facciosa, fragmentada, quando não mesmo perversa, como foi, de uma forma geral, tratado esse período, transformando o que deveria ser um repensar conjunto e plural, um diálogo profundo entre as diversas forças sociais, políticas e culturais, num julgamento sumário do 25 de Abril e dos seus principais protagonistas. O que só vem provar que o simples acto de comemorar não é inocente, e por isso têm razão todos quantos em Portugal ou no estrangeiro, a propósito de acontecimentos tão recentes como o 25 de Abril, ou tão afastados como o nascimento do Infante D. Henrique, vêm chamando a atenção para o fenómeno do comemorativismo, (paradigmáticamente revitalizado em França com as celebrações, em 1989, do 2º centenário da Revolução Francesa) submetendo a um atento olhar crítico esse conceito, bem como as práticas ambíguas que pode inspirar. Na verdade, tais práticas, dinamizadas em regra pelo poder político e seus prolongamentos mais ou menos directos (comunicação social, escola, instituições\*de cultura), acabam por consagrar a perigosa oposição (dicotomia) entre memória individual e memória colectiva, reivindicando para si o papel de intérpretes e garantes exclusivos desta última, criando cenários que, a pretexto de históricas evocações do passado, mais não são do que ideológicas projecções do presente.

Contra a ditadura (sempre hegemónica e redutora) da memória colectiva, há que reivindicar o direito da(s) memória(s) individuali(s); contra a ilusão do vivido que nos oferece um mundo *comemorado*, há que reivindicar o direito da *mediação pela vivência*; contra a cadeia sequencial, quase vertiginosa, dos factos e efemérides que se sucedem caleidoscopicamente e nos fazem saltar, de um dia para o outro, do 25 de Abril *comemorado* para o Infante D. Henrique *comemorado*, há que reivindicar o que fica nos intervalos da tal cadeia atomística e que é tão simplesmente a vida, nos seus diversos e plurais tempos e modos de afirmação. Como escreve com tocante sensibilidade e lucidez Lúcia Jorge: "As datas célebres só passam a cristais de cronologia quando deixam de desencadear emoções. O mesmo é dizer — quando já é impossível em seu torno recriar a história íntima e pessoal".

No inevitável balanço que se há-de fazer das comemorações dos vinte anos do 25 de Abril, caberá certamente lugar de destaque à

utilização que o actual poder político fez dessa data, ao tratamento que lhe foi dado nos vários e mais ou menos poderosos, independentes e sérios órgãos de comunicação social, ao diligente e por vezes mal apoiado e compreendido trabalho de escolas, autarquias e outros órgãos de poder local, no sentido de fazer participar directamente as populações nesse acontecimento que tão directa e intimamente as compromete e implica, mas, certamente também, aos esforços levados a cabo por historiadores e cientistas de diversas áreas de investigação. Do que eles forem capazes de dizer fora do brilho por vezes ofuscante dos projectores e das câmaras, ou do ruído de fundo, uniforme e indistinto dos rituais comemorativistas massificadores, no sentido da produção de um discurso científico profundo e inovador, falarão as obras que felizmente vão aparecendo e em que o 25 de Abril é analisado com a serenidade e rigor que ele exige e merece.

2. Ao falar do imaginário político da Revolução dos Cravos, pensamos necessária a apresentação de algumas ideias prévias que presidiram a este trabalho e que constituem simultaneamente as suas teses estruturantes.

2.1. A elaboração mítica e simbólica é uma constante de todas as sociedades em todos os tempos e, longe de ser encarada como factor negativo, antes deve ser vista como força dinâmica de transformação, de sonho, portanto, de utopia. Na verdade, a tradição moderna de que somos herdeiros directos, sobrevalorizou o pensamento organizado, racionalmente construído, em prejuízo de quase tudo o que brota das zonas mais profundas do nosso imaginário. No entanto, já desde o século passado que vários estudiosos têm vindo a valorizar as manifestações dessa zona menos conhecida da nossa vida psíquica e este final de século, entre tantas outras revelações, trouxe-nos a certeza de que o mito não desapareceu com a razão, porque não é nem o seu contrário, nem o seu antecessor. Antes faz parte integrante com ela (razão) da nossa realidade individual e colectiva. Em todos os sectores da vida se está a assistir a uma revalorização crescente do imaginário e das suas manifestações, entendidas, obviamente, como fenómenos positivos. São inúmeros os estudiosos actuais a chamar a atenção para a importância de tais manifestações, não só no campo da actividade artística (que sempre foi, aliás, o seu local de eleição, como é compreensível) como no da actividade política e social, ou até no próprio domínio do quotidiano.

2.2. Como parece evidente, e apesar da variedade de campos em que eles se manifestam, privilegiamos neste nosso trabalho os mitos políticos, e dentre eles, o mito político por excelência, o mito da Revolução. O imaginário político da história europeia parece estar a enriquecer-se extraordinariamente com essa renovada atenção ao mito político por parte de autores tão variados como Rafael Patai, Mucchieli, Gilbert Durand, Raoul Girardet, Rezler, Abel Poitrineau, entre outros, aos quais as nossas reflexões tanto devem.

No caso da nossa Revolução dos Cravos é possível distinguir nitidamente dois períodos distintos de actividade mítico-simbólica: o período revolucionário, marcado pela erupção do mito político por excelência, que se sobrepõe a qualquer outro, e o período pós-revolucionário, marcado pelo que designaremos de *mito cultural*. Ou seja: a erupção mitológica intensa dos primeiros momentos prolonga-se depois por formas gradualmente menos políticas e mais culturais desses ou de outros mitos. Apesar do sentido vago e talvez pleonástico da expressão *mito cultural*, adoptamo-la apenas para distinguir o mito político do mito em geral, e sobretudo para sublinhar essa verdade, por vezes iludida, de que a presença do mito no nosso viver social é uma constante. Mais visível nos períodos de agitação político-social (revolução), mais diluída e difusa nos períodos de maior acalmia (pós-revolução). Por isso, a fronteira entre mito político e mito cultural não é muito nítida. Todos os mitos políticos acabam por ser, obviamente, mitos culturais, e todos os mitos culturais são, potencialmente, mitos políticos, se as circunstâncias histórico-sociais o possibilitarem. Basta lembrar, como não podia deixar de ser, esse nosso núcleo mitológico central que é o mito messiânico/sebástico. Mito político em períodos de crise como o 25 de Abril, mito cultural de maior implantação no imaginário português desde sempre, sobretudo ao nível da sua realização artística mais notável que é, sem dúvida, a literatura.

2.3. Ao falar de mito, não privilegiamos de forma alguma um discurso exclusiva ou predominantemente mitológico da realidade política e social. Consideramos a elaboração mitológica como um fenómeno sociológico que, conseqüentemente, não só não é auto-suficiente, como não pode encontrar em si a sua própria inteligibilidade. Assim, ao analisarmos os mitos portugueses de hoje ou de ontem, e ao tentar detectar-lhes os traços específicos, é óbvio que os não fazemos emergir de uma qualquer instância mais ou menos metafísica, essa nebulosa e insondável entidade a que alguns chamam "alma nacional",

antes temos que, recorrendo aos esforços das ciências sociais, numa verdadeira prática interdisciplinar ( ou transdisciplinar), os relacionar intimamente com a sociedade portuguesa, na sua especificidade e originalidade próprias.

A nossa proposta de análise do imaginário político do 25 de Abril traduz, tão somente, uma opção por um enfoque, por uma forma de olhar essa realidade complexa e multifacetada que é a Revolução Portuguesa de 1974, e esta nossa leitura, sendo necessariamente particular e parcelar, não exclui, antes solicita, o concurso de outras leituras (outros enfoques e outros olhares). Como afirma Manoel Lourenço Forte, autor de um tão estimulante quanto desconhecido ensaio sobre o 25 de Abril: "Toda a obra nasce de um defeito de informação. Na verdade, se todos tivessem acesso, ao mesmo tempo, a toda (a mesma) informação, fosse ela intelectual ou emocional, não haveria nem oportunidade nem interesse em obras de autores que obviamente só manipulariam a informação referida: as obras seriam necessariamente redundantes e por isso destituídas de interesse". (Forte, 1982:13).

2.4. Finalmente, uma nota explicativa para o facto de, na abordagem que fazemos do 25 de Abril, termos recorrido a depoimentos tão variados. Com efeito os testemunhos de escritores, jornalistas, políticos e cidadãos anónimos entrelaçam-se ao longo do trabalho. Supostamente representarão graus diferentes de vivência de um mesmo fenómeno: a Revolução. Escritores e políticos, a elite cultural e política respectivamente, os anónimos, o sentimento popular (ou das massas); e, entre eles, ou acima deles, o olhar pretensamente crítico e distanciado dos jornalistas. A concordância de opiniões, porém, mostra como em certos momentos (raros e mágicos momentos) da vida dos povos, como são as revoluções, tão diferentes olhares podem coincidir. "Os poetas representam a opinião dos homens". Nunca, na nossa história, a conhecida máxima de Aristóteles foi tão verdadeira como no 25 de Abril de 1974.

*Mitologia política do 25 de Abril*

*"Parece que foi ontem... parece que não foi nunca".*

**Eduardo Lourenço**

Toda a mitologia política do 25 de Abril gira à volta do mito político por excelência: o mito da Revolução.

Esse mito que surge e se desenvolve, como sabemos, em períodos de maior tensão social, não se impõe isoladamente, antes anda normalmente associado a dois outros núcleos míticos, com eles constituindo uma trilogia essencial: o mito mais vasto da Idade do Ouro, e o mito mais restrito do *complot* maléfico. (Girardet, 1986).

Assim, a efervescência mítica que se vem a traduzir na emergência dessa trilogia essencial começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência colectiva aquilo que poderemos considerar como um fenómeno de não-identificação. A ordem estabelecida torna-se estranha, suspeita, hostil. Os padrões de vida colectiva propostos parecem esvaziar-se de toda a significação e legitimidade. O antigo quadro de solidariedades desfaz-se. O *nós* transforma-se em *eles*. É a alienação. O mito político da Revolução ganha o seu espaço no preciso momento em que essa alienação é sentida subjectivamente, e intimamente vivida como sentimento pessoal de cada membro da comunidade, ou seja, quando o traumatismo social atinge simultaneamente a dimensão mais funda de traumatismo psíquico.

Não podemos esquecer a relação muito íntima entre individual e colectivo comum a toda a actividade mítica, pois só assim poderemos compreender o carácter essencial dessa actividade: a função de reestruturação mental. É por isso que nos períodos revolucionários o espaço de participação directa dos cidadãos se alarga até ao limite possível: aquele em que já não existe diferença entre indivíduos privados e instituições públicas, entre o poder de Estado e a chamada sociedade civil, constituída fundamentalmente por "entes políticos" activos e participantes nas decisões da colectividade. Em períodos revolucionários, pois, "o político invade as zonas mais íntimas da vida individual, e absorve-as, abrindo-as, projectando-as na grande luz pública da revolução: o amor, as relações familiares, a educação dos filhos, a sexualidade, os gostos mais pessoais tornam-se *questões políticas*; a consciência moral ou religiosa, depende antes de mais, da consciência política". (José Gil, *Público*, 20 Jun. 1994).

Por isso os testemunhos que nos ficam desses milhares de "entes políticos" mobilizados por inteiro nessa enorme e grandiosa tarefa colectiva são todos coincidentes: "As pessoas queriam participar nas coisas e mudá-las, falava-se de tudo a todo o momento. Nunca havia horas para deitar nem para coisa nenhuma. Até ao princípio de 75 foi tudo uma festa, um tempo intenso. Os dias passavam depressa e faziam-se coisas muito bonitas." (Carmo, 1994:121).

Ou ainda: "Foi uma revolução que se viveu com uma enorme alegria. Não se estava naquilo por dever ou só pela razão, era pelo coração, pelos sentidos, de corpo inteiro" (Silva, 1994:67).

Festa, alegria, entusiasmo e generosidade sem limites, a transbordar para lá de todas as normas e convenções e a subverter até o próprio calendário: "Havia um espaço que era o do gesto libertário. Eu via-o logo de manhã, os líderes eram os de gente muito mexida, olhávamos para o relógio, que horas são? estávamos sempre dentro da tabela, e já nem fazia mal que falássemos alto, nos campos o arado bordava a terra fundo, as lombas e os cabeços preparando-se para o afago de um outro bafo" (Olga Gonçalves, *Ora Esguarde*).

Pelo contrário, em tempo "normal" (não revolucionário) regressam as divisões entre político e social, entre esfera pública e privada, e retoma cada qual o seu lugar e a sua função específica: "os estudantes estudam nas escolas, os empregados trabalham nos escritórios, os operários nas fábricas, os médicos nos hospitais.[...] uma opacidade densa envolve o sentido dos actos mais triviais, iluminados, no entanto, por uma intensa claridade funcional e local". (José Gil, *Público*, 20 Jun. 1994).

E a alegria contagiante e laboriosa cede o passo a outros sentimentos mais normalizados, menos eufóricos. Volta-se progressivamente aos valores individuais: o emprego, a família, as pequenas conquistas do *self made man*. Também as redes de solidariedade que atravessam toda a sociedade em períodos de sonho e de luta se desfazem, para dar lugar ao recolhimento das pequenas e fechadas solidariedades familiares. A solidariedade como valor essencial é então substituída pela competição e pela concorrência<sup>(\*)</sup>.

(\*) Não se terão ainda, certamente, retirado todas as ilações políticas e sociológicas desse estranho fenómeno político-partidário que se chama Partido da Solidariedade Nacional. A começar pelo nome que, numa clara estratégia populista e demagógica (cujas exactas dimensões se podem avaliar pelo seu mais do que irregular percurso), resolve fazer da expressão *Solidariedade* o seu

O mito político da Revolução pode, pois, definir-se como urna leitura imaginária de determinado momento histórico vivido por urna comunidade. Essa leitura tem como função primeira fornecer à história a inteligibilidade perdida, introduzindo no confuso caos dos acontecimentos uma certa ordem imanente.

Surgindo, pois, numa situação de ruptura da estrutura histórica, desenvolvendo-se num clima de vazío social, o mito é instrumento de reconquista de uma identidade abalada e, ao mesmo tempo, elemento construtivo de uma certa forma de realidade social. Por isso se pode afirmar que ele é simultaneamente determinante e determinado: saído da realidade social, é igualmente criador dessa mesma realidade.

A Revolução do 25 de Abril cumpriu também todo um conjunto de funções típicas de todas as revoluções. Como todas elas, também a nossa procura exorcizar fantasmas do passado (Estado Novo, Salazarismo, Marcelismo, Colonialismo, etc.), referendar a comunidade política recentemente criada, enfim, recuar ao princípio, anular o erro e o desvio. Numa palavra: dotar a existência de um sentido, designadamente redefinindo muito claramente o Bem e o Mal. Por isso, ao mito da Revolução Redentora estão desde sempre associados o mito da Idade do Ouro e o mito do *complot* maléfico, como afirmámos.

### O mito da Idade do Ouro

*"Renasceste  
Tiraste a máscara de sangue imperial  
Escolheste o baptismo  
das águas livres "*

Alberto Lacerda

signo identificador e o seu programa de acção. É óbvio o claro aproveitamento psicológico do défice de solidariedade que vem afectando tragicamente a sociedade portuguesa. Mas o que acima de tudo confunde e perturba é que tenha sido possível, sem escândalo, um partido apresentar a sua principal, ou mesmo única, razão de ser na necessidade de mais "solidariedade nacional", transformando assim o que deveria ser um *valor social* por excelência, base da existência de todos os partidos em *programa político* de um só.

O mito da Idade do Ouro, verdadeiro mito da fundação (no limite, o recuo ao principio dos principios) pode apresentar, porém, variantes de mitos de renovação-refundação, ou seja, não um recuo no tempo a-histórico, mas sim um recuo mais temporal e datado. É o que acontece, claramente, no caso concreto do 25 de Abril: "A Revolução *restitui* aos portugueses os direitos e liberdades, não apenas (ou nem sequer?) como uma devolução aos homens dos seus próprios direitos naturais, enquanto tais, mas como algo de mais temporal e datado, isto é, enquanto alusão tácita à Iª República, que parte da oposição democrática, republicana, maçónica, socialista, mitificara ao longo de 48 anos, nos discursos, e no ritual das romagens aos túmulos dos republicanos famosos". (Cunha, 1988:31).

Todo o discurso legitimador revolucionário apresenta, pois, um conjunto de referências que vai retomar, na sua pureza, ao passado redescoberto após um interregno de opressão e que, por sua vez, projecta no futuro como valor utópico da sociedade ideal. Não se trata aqui, pois, rigorosamente, de um mito de fundação, mas antes de renovação ou refundação, ou ainda, se quisermos, de "regeneração", tão caro à imagologia política portuguesa.

Na verdade, o tema da "reconstrução" de um país arruinado por quase 50 anos de fascismo, é a nota dominante nos discursos de todas as forças políticas saídas da Revolução, que vêm nela um momento histórico privilegiado de conjugação perfeita entre passado e futuro: ou seja entre a mítica Iª República, cujo exemplo se mantém vivo e inspirador de práticas políticas actuais, e a utópica sociedade socialista. Neste contexto, não poderiam ser mais significativas e paradigmáticas as palavras de Costa Gomes, Presidente da República, nas primeiras comemorações em liberdade do 5 de Outubro de 1910: "A marcha da História é um contínuo fluir do presente. Por isso necessitamos ter os olhos postos no futuro com clarividente extrapolação das lições do passado. Esta necessidade dá sentido profundo às comemorações como as do dia de hoje, que encerram denso conteúdo histórico. [...] Terminarei, dirigindo-me a todos os presentes para saudar neles todos os vivos e os mortos que contribuíram para a primeira experiência democrática iniciada no 5 de Outubro, e para a alvorada da segunda que se iniciou em 25 de Abril." (Gomes, 1976:20).

Outras vezes o salto no tempo é muito maior e, passando em revista uma história longa de séculos, dela retira os momentos mais altos, para os colocar em paralelo com o momento presente: "Penso que o momento histórico que estamos a viver é um momento

comparável a 1820, a 1836, a 1910" afirma Vasco Gonçalves, que simultaneamente aproveita para se/nos interrogar stiferê as razões "porque o povo viu frustradas as suas grandes esperanças" (Gonçalves, 1977:106) precisamente nessas datas cruciais.

E se esta constante leitura (ou releitura) da história é um tema recorrente nos discursos dos políticos, não o é menos na palavra de poetas e escritores. Manuel Alegre é talvez um autor paradigmático nesse aspecto: aquele cuja obra, quer antes, quer depois da Revolução, mais profunda e obsessivamente reflecte esse fascínio pela história pátria e pelo que nela há de apelo e inspiração inesgotáveis para uma arte em que se unem (enlaçam) de forma admirável e única o sal e o trevo: "Sal que hiberna (ou salga) a esperança e caustica (ou salitra) a chaga...Trevo que anuncia o renovo e coroa a humildade" traduzindo um sentido fulgurante e futurante de epopeia. (Sacramento, 1979:21).

É particularmente feliz, para ilustração do que afirmo, a sua *Crónica de Abril (segundo Fernando Lopes)* onde o paralelismo das duas datas históricas (1383 e 1974) é dado não só pela utilização do vocabulário e da sintaxe de Fernando Lopes, como ainda pela inclusão no corpo do poema de frases (expressões) inteiras retiradas da própria crónica de D. João I:

"Andando o povo levantado andando  
Álvaro Pais de rua em rua: 'Acudam  
ao Mestre cá ele é filho d'El-rei. D.  
Pedro'. Entre Abril e Abril. Memória e acto.  
Verás florir as armas: lua cheia "

E não é certamente por acaso que esta experiência é ampla e poderosamente explorada no seu belíssimo primeiro romance, cujo título começa por ser retirado da homónima *Jornada de África* de Jerónimo de Mendonça, autor que recolheu no seu livro testemunhos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e a sua (mal sucedida) Jornada de África. Os pontos de contacto entre passado e presente começam pelo título e não acabam mais: prolongam-se ao longo de toda a narrativa pelos nomes dos personagens (Sebastião, o protagonista, Jorge Albuquerque Coelho o seu amigo, Domingos da Luta, o guerrilheiro, Bárbara, a sua amada, para citar apenas os principais) e pelas situações vividas, nas quais, por uma série de coincidências (acaso? destino?) passado e presente se misturam e quase se anulam, podendo qualquer um deles ser lido a partir do outro: "Há

quase trezentos e oitenta e quatro anos (era o dia seguinte ao de S. João, diz a Relação da Jomada), um outro Sebastião partiu de Oeiras e com ele oitocentas velas. Está visto, Junho é o mês do embarque, pode ser o da glória ou o do desastre" (Manuel Alegre, *Jornada de Africa*).

Ou ainda: "Daqui a uns largos anos o regime cairá em consequência de um golpe militar com origens semelhantes às que desencadearam esta conspiração. Não vem em nenhum manual, é um estado de espírito". (Manuel Alegre, *Jornada de África*).

A pergunta fica afinal: "Que fio invisível parece ligar todas as coisas? Não seria mania sua a de misturar os tempos e a História?"

É na verdade essa "mania" partilhada de resto por muitos outros escritores, que faz da obra de Manuel Alegre uma epopeia da anti-epopeia ("Não há aqui epopeia para dizer. Somos lusíadas do avesso, ninguém nos cantará", escreve o Alferes Sebastião/Manuel Alegre, no último aerograma que envia de Alcácer/Nambuanguo), mesmo assim construída à sombra desse mito político/cultural verdadeiramente nacional, que é o mito do sebastianismo.

### O mito do *complot* maléfico

*"AH dissemos não passa!  
E a reacção não passou.  
Quem já viveu a desgraça  
Odeia a quem desgraçou."*

José Carlos Ary dos Santos

Por outro lado, o mito do *complot* maléfico aparece expresso nos variados temas do inimigo e, no limite, no tema do bode expiatório. Ao definir o Bem (Revolução e revolucionários), o Mal será, pois, a reacção, protagonizada por todos os inimigos da Revolução, saudosistas do Antigo Regime, que conspiram, no fim de contas contra o Povo, e que apresentam os mais subtis disfarces (28 de Setembro, 11 de Março, 25 de Novembro, ELP, MDLP, etc., etc.), sob a designação genérica de *Fascistas*: "Fascista, e sobretudo a sua forma bastarda na linguagem corrente, 'Fáxista', é uma expressão percuciente, que consideramos tendencialmente irritante no plano auditivo. E não nos esqueçamos que a cultura e a vivência revolucionárias são sobretudo orais, e discurso ao ar livre, num registo frequentemente elevado e agudo. Dizer 'Estado Novo', 'autoritarismo', 'corporativismo', 'paternalismo', e menos ainda 'democracia orgânica', independentemente das razões de fundo,

repetimos, seria uma atitude tendencialmente 'desmito logizadora'. Regime Fascista, pois..."(Cunha, 1988:30).

Destá luta entre Bem e Mal toma forma também o mito da unidade de esquerda, ou melhor, da unidade anti-fascista, designação vaga, imprecisa, causadora de tanta ambiguidade e equívoco na prática política, e cuja definição pela positiva, se pode chamar de "progressismo". Era essa, aliás, a designação genérica adoptada para toda a oposição ao regime, antes do 25 de Abril, e mesmo nos primeiros momentos da Revolução.

Neste contexto, e vista a esta luz, ganha particular significado e alcance a nova oratória política, como se afirmou atrás, de carácter eminentemente oral, que tem em Vasco Gonçalves o seu mais notável representante. Na verdade, as variadíssimas e longas intervenções (quase sempre de improviso, mesmo quando se fazia acompanhar de discursos escritos...) que fez ao longo do acidentado período revolucionário, ultrapassada que foi a circunstância que as justifica, ganham, a esta distância, a dimensão e estatuto de preciosos documentos para o estudo daquele período. Não cabe aqui, obviamente, um estudo dessa ruptura total com a oratória tradicional que constituem os discursos de Vasco Gonçalves. Mas convém certamente lembrar que tal ruptura resulta das opostas funções que eram confiadas à oratória política antes e depois da Revolução: antigamente eram discursos feitos para as massas, para as levar, para as dirigir em qualquer direcção, para as "esclarecer". Agora são discursos que se procuram identificar com elas, integrando numa mesma dinâmica o processo de transformação em que as massas estão envolvidas e o que se diz sobre ele; ou seja: uma total identificação com a própria realidade em movimento. Assim sendo, o discurso passa a ser uma forma de *demonstração* e não de *representação*. Quem fala não é o "venerando Chefe de Estado" ou "sua Excelência o Sr. Primeiro Ministro" e muito menos o "chefe". Quem fala é alguém que gosta de ser considerado como um igual ("companheiro Vasco") e que não quer representar nada, mas sim designar a própria revolução em que emocional e politicamente está envolvido. Na verdade, "o contorcido das frases, nos discursos do 1º ministro, representa a pesquisa das vias no momento e em relação a ele, aponta todo um trabalho de reflexão em acto, profundamente decorrente de um processo de implicação pessoal, no condicionalismo histórico, mas, de qualquer modo, dando-se em cada passo (em cada frase) como uma demonstração (revelação) desse recorte do sujeito sobre o tecido social em que se integra." (Seixo, 1977:332).

E a linguagem oral ganha clareza e eficácia extremas, exactamente porque se cola à própria realidade, rejeitando todas as técnicas e expedientes dos discursos escritos, por assim dizer, "chamando as coisas pelos nomes". No caso concreto, delimitando muito claramente os campos: revolução de um lado, fascismo e reacção do outro: "Há um outro problema também muito importante para o povo português: é definir bem quem é o seu inimigo, porque há uma coisa que não devemos esquecer [...] é que a reacção e o fascismo ainda não morreram em Portugal". (Gonçalves, 1977:107).

Ou ainda: "Os nossos verdadeiros inimigos são, de resto a reacção e os fascistas. A reacção traduz-se na prática por aqueles que se opõem ao desenvolvimento e progresso da nossa pátria, dentro do programa do Movimento das Forças Armadas e no sentido que o Movimento das Forças Armadas lhe tem procurado imprimir. São todos aqueles que quotidianamente travam este processo revolucionário, quer ao nível das repartições públicas, quer ao nível das cúpulas. Atodos os níveis essa luta quotidiana que todos os democratas travam contra os seus inimigos é que significa a luta que o povo português trava contra a reacção." (Gonçalves, 1977:122).

Consequência necessária desse claro reconhecimento e identificação do verdadeiro inimigo era a imprescindível vigilância popular e a preciosa unidade de todas as forças de esquerda. Na verdade, e embora recusando o carácter pedagógico no sentido tradicional, não podemos deixar de ver nas intervenções públicas de Vasco Gonçalves uma profunda intenção pedagógica, no que a sua presença e a sua palavra encerram de força catalisadora, galvanizadora de energias e de capacidades ignoradas do próprio povo a que preferencialmente se dirige. Poderiam multiplicar-se os exemplos em que ele acentua de forma dramática essa necessidade de vigilância e unidade, enfatizadas sobretudo nos momentos críticos para a Revolução (28 de Setembro, 11 de Março, 25 de Novembro). Mas a importância desses apelos avalia-se melhor se atentarmos um pouco no sentimento de verdadeira culpa colectiva, no desencanto que significou essa perda da unidade primitiva e no autêntico desespero com que era ainda defendida mesmo quando se sabia irremediavelmente perdida, como acontece no tantas vezes citado Discurso de Almada: "Digo, porém, que efectivamente a nossa Revolução estará em perigo — e de morte! — enquanto eles teimarem em dividir as classes laboriosas, em intimidar a pequena e média burguesia, em dividir o Movimento das Forças Armadas, em destroçar a Aliança Povo-MFA."(Gonçalves,

1977:362).

A unidade tem, por assim dizer, dois níveis de realização igualmente importantes: unidade do povo entre si (atente-se ao *slogan* gritado nas primeiras manifestações populares "O povo unido jamais será vencido!")<sup>(2)</sup> e unidade do povo com os militares (afinal povo fardado) na mítica aliança Povo-MFA, consagrada por sua vez no célebre slogan " O Povo está com o MFA!" ou no igualmente conhecido "Soldados sempre, sempre ao lado do povo!".

Boaventura de Sousa Santos considera que essa unidade traduzida pela aliança Povo/MFA se caracteriza acima de tudo pela transformação do MFA em "imaginário social de libertação, em centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e contra a injustiça." (Santos, 1990:61).

Neste sentido o autor sublinha que essa íntima relação entre as Forças Armadas e a Sociedade foi vivida, neste breve mas intenso período, como uma verdadeira "relação revolucionária" em que "as classes populares são chamadas a participar colectivamente na melhoria das suas condições de vida e a fazê-lo de colaboração com forças político-militares genuinamente ao lado delas contra as classes anteriormente dominantes" (Santos, 1990:64)<sup>(3)</sup>.

#### *Herói colectivo/heróis individuais*

*"Eram vinte capitães  
Vinte saou pouco mais  
Deram volta a este inferno  
eram vinte ou pouco mais  
todos de espingarda em flor"*

José Cardoso Pires

(2) Não deixa de ser sintomático que este mesmo *slogan* tenha merecido um curioso estudo, ainda que de reduzido âmbito e marca estruturalista de Arnaldo Saraiva. Cf. (Saraiva, 1975)

(3) Estas considerações inscrevem-se numa análise mais vasta — e particularmente estimulante — das relações mítico-simbólicas entre as Forças Armadas e a Sociedade Portuguesa em que Boaventura de Sousa Santos conclui pela existência de três grandes "tempos simbólicos": o primeiro "ir à tropa na sociedade rural"; o segundo "a aliança Povo/MFA"; e o terceiro, "as Forças Armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental". Ainda

1. O Povo é, pois, o protagonista principal dessa unidade, visto que é ele também o fundador da nova ordem, por meio do seu representante máximo: o MFA.

O MFA é, finalmente, a categorização mítica do Salvador. Tal mito, embora na continuação dos velhos mitos do herói individual, assume agora o aspecto colectivo, ou melhor, "de um corpo de guerreiros bem maior que os 12 de Inglaterra, ou os Cavaleiros da Távola Redonda, os quais, mesmo como colectivo, careciam de um chefe, e/ou de personagens marcadamente características, singulares: O Magriço, Artuir, Lancelote, Galaaz..." (Cunha, 1988:30).

A nos§s Revolução de 1974 consagra assim, segundo cremos, acima de tudo um herói colectivo, em contraposição ao modelo robinsoniano de herói isolado. Como tentaremos provar, não surgiu nunca um verdadeiro *leader* do MFA. Houve figuras importantes, os chamados heróis individuais que analisaremos de seguida, mas com características muito frágeis enquanto individualmente considerados e apenas fortes quando integrados no colectivo. Por isso, verdadeiramente decisiva era a Assembleia do MFA, o herói colectivo que aparecia nos cartazes de João Abel Manta meio soldado, meio povo, ou nos textos de tantos dos nossos melhores escritores que tão sentidamente cantaram Abril: "e tu, soldado, capitão, de armas despertando os cristais do novo tempo, abatendo os altos ninhos da quadrilha, fazendo, lado a lado com os trabalhadores e o povo, uma Pátria de todos" (José Manuel Mendes, *Abril In: O Diário*, 25 Abr. 1979).

O mito do herói colectivo do MFA merece um pouco mais de atenção, uma vez que ele é considerado por quase todos os estudiosos como um mito que se insere no filão português da tradição messiânica, como dissemos: "Força armada que destitui a ordem instalada e brumosa, ele é o cavaleiro desejado, de uma manhã de nevoeiro, é a reactualização do mito sebastianista"(Cunha, 1988:30), mito sebastianista, poeticamente traduzido e actualizado na bela e sugestiva expressão "capitães de Abril".

Na verdade, esse mito parece manter, ao longo dos tempos, uma enorme vitalidade no imaginário português, com periódicas actualizações políticas nos momentos de crise, e com a consequente

segundo o autor o tempo primeiro marca uma relação de tipo "populista", o segundo de tipo "revolucionário" e o terceiro de tipo "social-democrata".

concretização nos heróis de cada época. Assim, o 25 de Abril mais não faz do que consagrar o modelo mítico tradicional, associando o elemento messiânico com o herói militar que o corporiza quase sistematicamente, sobretudo a partir do século XIX.

É conhecido o forte protagonismo sempre destinado aos militares nas grandes transformações operadas na sociedade portuguesa dos últimos dois séculos<sup>(4)</sup>.

A sociedade, em virtude do seu carácter inorgânico e descaracterístico, que traduz em última análise a incapacidade da burguesia para assumir decididamente o papel de classe dirigente, "empurra" sempre o exército para a situação última de árbitro, de salvador, de Messias: "O exército aparece, pois, como a corporização abstracta da Nação, uma espécie de 'reserva moral', que não é afectada pelos conflitos sociais, que está acima das contradições que abalam o conjunto da sociedade, chamando, portanto a si, o papel de regenerador, de unificador, de salvador"(Saraiva, s.d. :19).

Com efeito, figuras como Sidónio Pais, Gomes da Costa, ou mais recentemente Humberto Delgado, entre outros, são todos militares escolhidos, predestinados a missões salvadoras. A mesma convicção de que só os militares poderiam derrubar o regime fascista, presidiu ao golpe falhado de Botelho Moniz (a Abrilada de 1961) bem como ao assalto ao Quartel de Beja em 1962, comandado pelo então capitão Varela Gomes. Com o 25 de Abril, tudo ou quase tudo se passa assim. Há, contudo, como já assinalámos, uma diferença significativa: desta vez o herói é colectivo: "capitães de Abril" num primeiro momento e MFA num segundo.

Várias circunstâncias terão contribuído para isso, uma das quais terá sido certamente a determinação dos capitães manterem o anonimato que lhe servia de protecção na fase clandestina, mesmo após o triunfo do seu movimento. Nesse sentido são sintomáticas as primeiras declarações dos principais responsáveis aos órgãos de comunicação social que avidamente repetiam, até à exaustão, a mesma pergunta sacramental: "quem chefiara o movimento?"

<sup>(4)</sup> Esta afirmação mereceria uma mais longa discussão, até pelo carácter polémico que encerra. Como, porém, não constitui tese central deste trabalho, achámos suficiente alertar para esse aspecto problematizante posto em relevo por estudiosos como, por exemplo, Medeiros Ferreira.(Ferreira, 1983).

Em pleno Largo do Carmo, durante o desenrolar das operações, Salgueiro Maia surpreende e decepciona os jornalistas com respostas tão inesperadas como esta: "Não sei, limito-me a executar. Os pormenores não são comigo. Não sei pormenores nem me interessam".

"Não houve um só chefe. Fomos nós todos", declara Vítor Alves na primeira conferência de imprensa, na noite de 25 para 26 de Abril.

E Vasco Lourenço, na sua primeira entrevista, afirma categórico: "Lideranças não temos. Fazemos questão de ser encarados como um bloco. Se até aqui foi possível fazer tudo isso em conjunto, pretendemos não deixar sobressair nomes. Às vezes, os que trabalham menos, é que aparecem mais. Não estamos interessados nisso." (*Visão*, Rio de Janeiro, 27 Maio 1974).

Não estavam interessados nisso, mas começava logo aí a dura mas inequívoca e estimulante aprendizagem de que não são os protagonistas a escolher a história, antes são escolhidos por ela. Esta a razão (ou uma das razões) para que o general Spínola passasse a ser o rosto visível desse "movimento impecável", e tivesse sido confundido com o seu verdadeiro chefe, o que não é rigorosamente a mesma coisa, como os capitães bem sabiam, e a população em geral veio a descobrir bastante mais tarde. Do que não há dúvida é de que, nos primeiros meses, ele é visto quer em Portugal, quer no estrangeiro, como a principal figura da Revolução. Jean Daniel, director do *Nouvel Observateur* escreveu: "O general Spínola parecia-se com Eric von Stroheim, combatera os russos ao lado dos nazis, e lembrava o general De Gaulle porque tinha uma certa ideia àcerca do futuro lusitano. Parecia-nos decidido a negociar as últimas colónias do mundo [...] mas não se sabia quem estava por detrás dele" (Mário Mesquita, *Público*, 8 Maio 1992).

A figura do velho general ocupa aqui claramente um lugar supletivo ou seja: ele vem preencher um lugar incompreensivelmente vazio, que era o lugar de herói, uma vez que os capitães teimavam em o não ser. Esta terá sido sem dúvida (mais) uma das originalidades (contradições?) da nossa Revolução. Como afirma Eduardo Lourenço: "Ainda hoje espanta o reflexo quase pânico que parece ter sido o de uma boa parte dos vencedores de Abril de aceitar, com as responsabilidades históricas de uma intervenção que iria abalar uma contextura de séculos, a responsabilidade plena do poder. Tudo se passou como se o poder, uma vez alcançado, queimasse as mãos dos que haviam chamado a si a decisão de destruir o anterior regime totalitário. Pode julgar-se este reflexo de ópticas opostas. Do que não há dúvida, é que poucas vezes se terá visto um movimento militar

triumfante, tão desamparado ou tão complexado diante da sua própria audácia, ou simplesmente tão democrático" (Lourenço, 1977:12).

É certamente no mesmo sentido que vão as palavras de Vasco Gonçalves quando repetidamente afirma que "a nossa revolução foi muito desprotegida".

Penso que é justamente esta característica única, em que a sua força é também a sua própria fraqueza, que faz dos heróis de Abril uns heróis diferentes, mais humanos, mais próximos e familiares, mais *democráticos* do que quaisquer outros na nossa história. A prova está na verdadeira e espontânea onda de carinho e reconhecimento popular em que são envolvidos, quando os seus rostos começam a emergir do anonimato em que, por dever de honra, teimavam em se manter. Como diz um personagem do livro de Lídia Jorge, *O dia dos Prodígios*: "Nós aqui soubemos logo, dois dias depois, que vocês tinham feito a revolução. Mas nunca pensámos que chegássemos a ver os heróis."

Heróis, pois, não herói; ou, se quisermos, herói colectivo ou *democrático*. E aqueles que, por variadas (e certamente legítimas e muito louváveis do ponto de vista político e social!) razões abandonam esse espaço mítico do colectivo, e se afirmam pelo individual, renunciam voluntária ou involuntariamente, generosa ou egoisticamente, a esse estado de graça inicial. Tudo se passa, pois, como se a força que os impõe seja a mesma que os devora, que os vai ferir de morte, num ciclo perverso de culpa-expição, de martírio-redenção, e, finalmente, de imolação purificadora muito típico destes momentos. Podemos assim afirmar que mais do que agentes eles são antes vítimas da própria revolução, a ponto de, com frequência, tentarem o regresso (que nunca o será completamente) à matriz essencial, ora ao reivindicarem para si o privilégio (exclusivo) da correcta interpretação de um texto que serviu de base a todos os (des)encontros, o Programa do MFA (o próprio Spínola se reivindica seu defensor aquando do 11 de Março!), ora ao escolherem, entre todos os cargos políticos ou militares que desempenharam, por mais importantes e decisivos que sejam, o epíteto de "capitão de Abril". Como afirma precisamente um dos anónimos capitães de Abril, (ninguém sabe quantos são ao certo!): "Mereceu a pena viver para sentir o orgulho renascido em ser português. Para mostrar ao mundo que muitos de nós desejávamos pertencer ao progresso, à paz, à liberdade. Para ver como nunca se tinha visto, e não sei porque já hoje não acontece, nós os militares, andarmos fardados

na rua e termos orgulho na nossa condição castrense." (Cruz Oliveira, *Lembram-se?*. In: *Poemabril*).

A grande maioria dos seus camaradas afirma o mesmo por estas ou outras palavras, e parece residir aqui o segredo desse herói *a posteriori* que se chama Salgueiro Maia. Refiro *a posteriori*, não somente por ser um herói *post-mortem* tão a nosso gosto, mas também (e era esse o aspecto que aqui queria salientar) porque, na voragem dos acontecimentos, vividas que foram tantas e tão variadas experiências, os militares desgastados no seu prestígio, e não raro feridos na sua própria dignidade, encontraram no exemplo do seu camarada Salgueiro Maia uma referência ética e militar incontornável que os poderia resgatar de todos os erros e de todos os fracassos. Representa, pois, para eles, ainda e sempre, a pureza inicial do seu movimento, sem máculas nem contaminações que o tempo sempre traz. Ele encarna assim, com (cada vez mais) preocupante unanimidade (ou unanimismo?), o "mais puro espírito de Abril". Por isso, por mãos alheias e seguramente contra a sua vontade, abandona o horizonte do colectivo, onde em vida sempre fez questão de se manter, para ser consagrado quase como único herói de Abril, o que constitui uma dupla traição: a ele próprio, que resistiu sempre a essa operação de consagração, e aos outros capitães, seus leais e corajosos companheiros. Tudo se passa como se, por uma perversa operação de alquimia, o poder actual consagrasse o herói Salgueiro Maia ao mesmo tempo que o retira e exclui de um colectivo que lhe dá todo o sentido e cujos elementos incompreensivelmente continuam a ser tratados, na irónica mas feliz expressão do próprio Salgueiro Maia, como "implicados no 25 de Abril". São paradigmáticas as palavras de Baptista Bastos, que escreve a 20 anos de distância: "eu também quero estar no banco dos réus com os capitães de Abril". Ou ainda o protesto veemente de Ary dos Santos, que apenas um ano após a Revolução vaticinava:

*"Só nos faltava agora  
que este Abril não se cumprisse.  
Só nos faltava que os cães  
viessem ferrar o dente  
na carne dos capitães  
que se arriscaram náfrente"*

2. Também desse mítico corpo colectivo vêm a emergir as figuras que em minha opinião podemos considerar os outros heróis do 25 de Abril. Heróis que, apesar da extrema fugacidade e efemeridade (maiores ainda quando confrontadas com a duração de 20 anos do herói colectivo) e do fim crepuscular em que fatalmente se iriam apagar e diluir, não deixaram de ocupar no imaginário popular lugar significativo. O primeiro, cujo período de glória se esvai precisamente entre 25 de Abril e 28 de Setembro, é o general Spínola. O modo como é investido é, como já dissemos, supletivo, pois vem substituir alguém. Mas a sua pose aristocrática e teatral, para o que contribui decisivamente o cuidado posto na escolha dos *adereços*, que constituirão outros tantos mitemas (o monóculo, o pingalim e as luvas), a sua retórica política um tanto apocalíptica e catastrófica (quem não se lembra do célebre "bom povo Português..." com que invariavelmente iniciava os seus discursos?) e a sua fama de bravura e coragem militar contribuíram para lhe desenhar o perfil e construir a imagem: "Eis o homem que teve um papel decisivo na Operação Pedra Verde, mais tarde na reconquista de Nambuangongo. Usa um pequeno pingalim e vai sempre à frente dos seus homens. A sorte protege-o, dizem os invejosos. Ele responde que a sorte protege os audazes. Haja o que houver, fica de pé. As balas assobiam e ele de pé. Gosta de dar espectáculo, é um actor, maldiz-se no QG. O certo é que os homens vão com ele, temem-no e seguem-no. Chamam-lhe filho da puta, mas são capazes de morrer por ele. Come o que eles comem, dorme no chão como eles dormem, é o primeiro no ataque, o último a retirar. No QG não gostam dele, ele não gosta dos do QG. Ou mandam bacalhau e vinho, ou vamos nós aí buscá-los. Ou vem um helicóptero com o correio, ou vamos nós aí escrevê-lo." (Manuel Alegre, *Jornada de África*).

De pouco interessará, para o nosso objectivo presente, lembrar que as apregoadas qualidades militares do general Spínola estavam longe de ser reconhecidas por quem mais competência teria para o fazer, ou seja, os seus próprios camaradas de armas, porque isso seria querer construir (ou destruir) um herói na base da pura racionalidade, quando a matéria é bem outra.

À história, obviamente, interessará, tal como interessa saber a maneira um tanto ínvia e obscura como o general do monóculo vem a aparecer como Presidente da recém criada Junta de Salvação Nacional, "empalmando" (para usar as exactas palavras de Otelo) no próprio dia da sua vitória os ingénuos e bem intencionados capitães, e fazendo com esse gesto inflectir o movimento recém-vitorioso em direcções bem

diversas. O certo é que tudo isso se lhe perdoou e penso não estar errada se afirmar que vislumbro urna nota de contida admiração precisamente em quem mais razões teria de agravo: "Sentado numa cadeira da sala de oficiais do REI, olhando o televisor, guardei para comigo um pensamento linear: O sacana do 'velho' lá enfiou o barrete aos outros e a nós todos e vai mesmo para presidente" (Carvalho, 1977:480).

Tudo se lhe perdoou, excepto o 28 de Setembro, acto pelo qual desfere o primeiro golpe na unidade do MFA e inicia uma carreira política e militar nada de acordo com a aura de herói que grangeara precisamente quatro meses antes...(5).

Considerá-lo herói (é importante esclarecê-lo) nada tem a ver com a eventual desculpabilização ou branqueamento do seu percurso posterior, o qual não deixará, certamente em sede própria, de ser convenientemente avaliado. A nós interessa-nos somente salientar o facto, extremamente significativo, de a sua saída do MFA se ter feito precisamente pelo lado das forças contra-revolucionárias, da reacção, tendo por isso mesmo passado a ser um dos *outros*. Por isso ele é considerado traidor à Revolução e aos revolucionários.

3. Não é, no entanto, por essa via linear da traição que se podem avaliar os percursos, a ascensão e queda dos dois outros heróis que Abril nos trouxe: Vasco Gonçalves e Otelo, embora, paradoxalmente, ambos tenham emergido na cena política, por assim dizer, pela própria mão de Spínola: Vasco Gonçalves é por ele nomeado Primeiro Ministro, e Otelo Saraiva de Carvalho, Comandante do COPCON e da C.M.L.. Toda a gente recorda certamente a imagem de Otelo, um jovem capitão de 37 anos, em mangas de camisa, graduado pelo velho general em brigadeiro e a pronunciar um discurso só equiparável, em termos de

(5) O tão falado caso Wallraff foi dos episódios que mais desgastou o prestígio do general Spínola. Em Março de 1976, o jornalista Giinther Wallraff, fazendo-se passar por um agente dos serviços secretos da RFA interessado em oferecer apoio ao MDLP, consegue atrair a uma cilada o velho general, bem como os responsáveis políticos da organização de que ele era presidente, José Valle de Figueiredo e Luís Oliveira Dias. Era sua intenção conhecer melhor os objectivos e planos de acção do MDLP, e do ELP, bem como a verdadeira dimensão daquelas organizações terroristas que, tendo surgido no norte do país, se implantaram fortemente em Espanha e dali irradiaram um pouco para toda a Europa, especialmente RFA e Suíça. O resultado desse esforço ficou registado no livro *A descoberta de uma conspiração...* (Wallraff, 1976).

subversão da ordem e da disciplina militares, ao célebre juramento de bandeira de punho erguido no RALIS<sup>(6)</sup>.

Otelo foi paternalisticamente tratado pelo seu gen. Silvério Marques ao dizer-lhe que tinha muito prazer em ver naquele lugar de responsabilidade um jovem sorridente, mas que o posto dependia directamente dele, como C.E.M. e que, se os jovens "capitães" tinham feito o 25 de Abril, ele sentia que "a juventude não é apanágio dos homens de menos idade"; ao que Otelo respondeu: "Ajuventude aqui foi realmente de idade, porque fomos os de 25 a 40 anos que tomámos sobre nós o peso imenso da responsabilidade de derrubar um governo que todos deplorávamos, mas que, os nossos generais, apesar de toda ajuventude provável de espírito, não tiveram a coragem de derrubar..."

O estudo comparativo, as relações de companheirismo e de ruptura entre estas principais figuras da Revolução é algo de apaixonante e de esclarecedor pelo que implica de autognose de um tempo cheio de contradições e ambiguidades, mas também de entrega e de generosidade sem limites.

Afinal não fora já também o próprio Spínola a ser investido pelo seu próprio adversário Marcelo Caetano que, fazendo jus à sua fama de eminente jurista, num derradeiro mas significativo acesso de pura legalidade, o mandou chamar "para que o poder não caísse na rua"?

De qualquer forma, Spínola tem, como disse, um fim diferente dos dois heróis que lhe vieram a suceder: Vasco e Otelo são sacrificados de dentro, pela própria Revolução que os não expulsou do seu seio como aconteceu com Spínola, mas os devorou tragicamente. Enquanto Spínola deixou de fazer parte da Revolução, eles continuam nela (porque também só através deles ela continua), ora como remorso ora como saudade.

E assim podemos dizer que se o velho general é frequentemente classificado como figura de opereta, Vasco Gonçalves e Otelo são antes personagens de uma tragédia. Apesar das suas notórias diferenças intrínsecas, coexistiram no imaginário político do 25 de Abril, durante algum tempo, até que a sua traumática e dolorosa separação, tantas

(6) Nós, soldados, juramos ser fiéis à Pátria e lutar pela sua liberdade e independência. Juramos estar sempre, sempre ao lado do Povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses, e do povo trabalhador. Juramos lutar com todas as nossas capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o fascismo, contra o imperialismo, pela Democracia e poder para o povo, pela vitória da Revolução Socialista".

vezes anunciada e outras tantas desmentida, foi o golpe de morte na unidade do movimento. A célebre carta escrita por Otelo a Vasco ("Agora, companheiro, separamo-nos... Peço-lhe que descanse, repouse, serene, medite e leia") abalou e emocionou o país inteiro como se algo de precioso e raro se tivesse perdido irremediavelmente: a unidade dos revolucionários, os quais, cada um por seu lado, traçavam a morte da revolução e assistiam simultaneamente à sua própria morte.

Evoluem em cena quer antes, quer sobretudo depois da definitiva separação, de forma radicalmente oposta. À teatralidade nata (por vezes vedetismo?) de Otelo opõe-se a simplicidade sem pose (por vezes humildade?) de Vasco Gonçalves. À inconstância (quase levandade?) de Otelo, opõe-se a firmeza (quase obstinação?) de Vasco Gonçalves. Finalmente, a um estilo estético (mesmo lúdico?) com tudo o que envolve de exterioridade, de fazer política de Otelo, opõe-se a exigência obsessiva de ligar a ética e a política de Vasco Gonçalves. As imagens que nos ficam de um e de outro, em comícios, debates, manifestações, etc., não podem também ser mais diversas: o desconcertante optimismo (quase ingenuidade?) de Otelo, mesmo nas fases mais críticas e dramáticas da revolução, contrasta profundamente com a preocupação (quase crispação?) de Vasco Gonçalves.

E se alargarmos este exercício comparativo de ambos os comportamentos até ao presente, mais alicerçamos a nossa convicção da sua oposição radical: Vasco Gonçalves retira-se de cena e remete-se a um silêncio onde não é difícil pressentir o travo do desencanto e mesmo o peso corrosivo do sentimento de perda e do ressentimento. Deixou assim gravada no imaginário colectivo a imagem de alguém que recusa a fatalidade da morte da revolução a que se deu por inteiro.

Não é por acaso que as suas últimas intervenções antes da retirada política constituem dois dos mais veementes e trágicos apelos à unidade: unidade do MFA (sou um militar) e unidade dos trabalhadores (que têm ideias muito precisas sobre a vida da sua pátria). Porém, quer no citado discurso de Almada, quer no que proferiu aos manifestantes da FUR, os destinatários de um e de outro já lá não estavam. Por isso a linguagem perde o seu antigo poder denotativo e transforma-se em discurso solitário e fechado. Perdidas para sempre a unidade e a força colectivas surge, na sua trágica solidão e imensa fragilidade, a figura do general derrotado: "Os meus inimigos polarizam os ataques contra mim. É mais fácil perante um povo que não está politicamente instruído. Concretizaram os ataques numa só pessoa." (Gonçalves, 1977:394).

E à medida que a realidade lhe foge, mais nítidos aparecem perante nós, na figura de Vasco Gonçalves, o desespero e o sonho. A sua linguagem febril, a confusão argumentativa, os seus axiomas redutores, a frontalidade e veemência das acusações, fazem do discurso de Almada o lugar onde se conjuga energia e morte, sonho e desespero: "Quando vemos este jogo de alianças, e de deixar andar, isto tem quase uma lógica inexorável, que leva a uma situação que não podíamos ter previsto" (Gonçalves, 1977:395).

Estas são as palavras de alguém vulnerável e impotente, exposto à imponderabilidade do fenómeno político ("As revoluções não têm ensaio geral, nem se traçam a regra e esquadro") e que tragicamente constata a própria incapacidade de intervenção na "lógica inexorável" dos acontecimentos.

Impossível evocar a imagem de abandono e de solidão de Vasco Gonçalves nesses momentos finais sem recordar uma das principais obras sobre o trágico político: *A Morte de Danton* de Büchner.

Ao contrário, porém, de Vasco Gonçalves, cujo abandono da cena política é violento e abrupto, podendo até situar-se com toda a exactidão no espaço e no tempo (Almada, 18 de Agosto de 1975), nada disso acontece com Otelo: não há local e dia para a sua queda: o mito vai-se esfumando, desgastando, lentamente e aos olhos de todos. Não persiste, pois, na memória uma imagem concreta, de contornos nítidos e fortes, como a que nos deixa Vasco Gonçalves; antes coexistem em nós imagens fragmentadas, inconsistentes de momentos pontuais. Pontuais e contraditórios porque se é verdade que assistimos a momentos altos do seu percurso político-militar, como foi o período áureo do COPCON, ou a grande mobilização de massas que constitui a sua campanha para a presidência em 1976, assistimos também a dolorosos momentos de queda e de desgaste da sua imagem, como seja todo o seu alegado envolvimento na organização FP25 de Abril.

Por isso o imaginário colectivo recorda Otelo não como suporte de um personagem único, igual a si próprio a quem é destinado sempre o mesmo papel, apesar das espectaculares mudanças de cenário, mas antes como alguém que representa vários, sem ninguém poder afirmar ao certo que decifrou esse enigma que é Otelo; não um enigma à maneira de Eanes<sup>(7)</sup>, que se impõe pelo silêncio e pela extrema

O É uma figura muito curiosa para analisar do ponto de vista mítico-simbólico. Quanto a nós, ele protagoniza, no plano militar, o que Mário Soares protagoniza no plano civil, ou seja, o processo de "normalização" pós-

contenção nas palavras e nos gestos, mas, ao contrário, um enigma que nasce precisamente do excesso de palavras e dos discursos contraditórios e bombásticos (e teatrais?): toda a gente recorda as famosas e polémicas afirmações quanto ao Campo Pequeno, quanto à distribuição das armas a civis, ou quanto ao Fidel de Castro da Europa. Mas ninguém pode saber ao certo se, em cada uma dessas ocasiões, e levado pela fortíssima atracção que o palco sempre nele exerceu, Otelo não se terá comportado precisamente como quem representa outros tantos papéis, ou então como alguém que continua ainda à procura do seu. Na verdade, este jogo de máscaras que parece ter sido a actuação de Otelo ao longo do processo, está longe de poder ser confundido com qualquer conceito maquiavélico da política como reino do parecer e não do ser, definindo, portanto, o político como um actor que representa o papel que as circunstâncias lhe aconselham, e nunca o que lhe dita a consciência. Penso antes que esse jogo é paradoxalmente um jogo aberto e leal, em que o próprio público assiste ao fazer e desfazer das personagens. Só assim, aliás, ganham sentido as frequentes autocríticas que Otelo, ao contrário de qualquer outro político, fazia questão de assumir, e que constituem um dos traços mais originais da sua actuação político-militar.

Penso que Otelo permanece, pois, na mitologia política do 25 de Abril como uma espécie de "enfant terrible" da Revolução ou, como afirma Eduardo Lourenço, como alguém "singularmente contrastante

revolucionário, que como se disse, é marcado pela dissolução de toda a mitologia revolucionária. Triunfador do 25 de Novembro, Eanes representa o modelo de sociedade dito ocidental, europeia, reconstrutor do Estado, defensor da ordem e da disciplina.

Perfil de militar "puro e duro", (as patilhas e os óculos escuros dos primeiros tempos, suscitam inquietantes paralelismos com conhecidas figuras militares da América Latina), que lentamente se vai suavizando e tomando um pouco mais civil, deixa no imaginário popular uma imagem híbrida e misteriosa: de certa forma continua Spínola (num certo Gaullismo à portuguesa) e antecipa Cavaco Silva, (na pose rígida, no sorriso raro, na nota de rigor, contenção e seriedade) mas, por outro lado, "recupera", estranha e preocupantemente, também Salazar (sobretudo numa certa desvalorização da actividade política e na consequente tentação de ao lado, ou acima dela se considerar investido na missão patriótica de melhor intérprete do país real). Não deixa de ser extremamente ilustrativo para o que afirmo, o aparecimento de um *poster* curiosíssimo, em que o perfil de Eanes se ajustava perfeitamente com o "perfil" de Portugal, tal como já se tinha feito quarenta anos antes com o velho ditador.

e imprevisível, mas nunca em absoluto infiel à audácia e generosidade que um dia fez dele a chave da nossa Revolução" (Lourenço, 1977:15). O tal que com um secreto orgulho, muita displicência e muita ironia à mistura certamente, atirou a um jornalista que o queria desesperadamente entrevistar, por ele ser o herói do 25 de Abril: "Não, fui simplesmente o cérebro deste processo..."

Por isso são tão curiosas as palavras de Gomes Mota, pela perplexidade e pela inquietação que as atravessa: " Quem teria sido o verdadeiro culpado dos erros de Otelo, sempre tão generoso e também tão inconsequente? É uma história que apetece fazer." (Mota, 1976:135)

4. E, retomando a ideia inicial que presidiu a esta breve comparação entre os dois principais heróis individuais de Abril, podemos afirmar que eles sobrevivem apenas enquanto unidos, para se perderem inevitavelmente na divisão.

Essa divisão, que tem uma primeira fase na separação de ambos do seio do colectivo, atinge o ponto mais dramático e pungente na ruptura operada entre os dois. Tudo se passa como se a sobrevivência já difícil dos dois ainda unidos, mas separados do colectivo, se tomasse definitivamente impossível, quando se separam também um do outro. Sem deixar de acentuar a vulnerabilidade de tais exercícios parecidos, no entanto, particularmente sugestiva a análise semiológica detalhada que no filme *Gestos e Fragmentos* de Alberto Seixas Santos se faz de uma das últimas fotos que mostra Vasco Gonçalves e Otelo ainda juntos, mas já muito próximos da ruptura: "O que foi a Assembleia de Tañeos? O começo da luta pelo poder? O fim dela?"

Estão juntos perante a Assembleia do MFA. Talvez os dois heróis estejam a olhar para o microfone. Ou estará Otelo realmente de olhos baixos? Está inclinado, já quase fora da imagem, puxado por uma força marginal invisível. Parece cair para o nosso lado. O rosto é apanhado em movimento. O corpo está torcido, numa incerteza na intenção, e Vasco segura-lhe a mão, impedindo-o de cair. Os tendões do pulso de Otelo estão retesados. O braço dele é puxado para trás, enquanto o pulso de Vasco é firme e seguro. Vasco dirige-se ao microfone voltado para a frente, para a Assembleia, mas metade\* do seu corpo parece desaparecer na espessa escuridão. Vão ser separados, sair ambos de cena, mas o microfone permanecerá."

Permanecerá, obviamente, mas para dar voz a outros protagonistas e a outros projectos...

Sem querer ser exaustiva, estes parecem ser os heróis individuais mais significativos da nossa Revolução. São os verdadeiros protagonistas do excesso, do sonho, da utopia. Outros terá havido certamente, sobretudo da parte civil, como é o caso dos dois maiores chefes da oposição ao regime, ambos condenados ao exílio e que regressam triunfalmente ao país logo após a vitória dos militares: Álvaro Cunhal e Mário Soares. Não é possível esquecer o entusiasmo com que foram recebidos, os paralelismos históricos, as metáforas, as ressonâncias míticas que desencadearam no imaginário popular: o regresso de Mário Soares de comboio a Santa Apolónia chegou a ser comparado com o regresso de Lenine do exílio em 1917. Mário Soares terá comentado muito teatralmente a propósito, "Lenine era um grande homem, eu sou apenas um militante", o que de todo contrasta com o comportamento logo adoptado por alguém que regressava decididamente para ser figura de primeiro plano na cena política nacional e não apenas um simples militante.

Álvaro Cunhal, simbolicamente, realiza o seu primeiro comício em cima de um carro blindado, repleto de cravos, para o qual foi como que atirado mal conseguiu sair do avião, numa nítida antecipação do que viria a ser a tónica constante da linha política do seu partido, a "Aliança Povo-MFA". Também o abraço do seu reencontro ficou registado como um brevíssimo momento de grande carga simbólica. No fundo os portugueses amavam-nos e admiravam-nos igualmente e gostariam de os ver juntos, tal como acontecia com os heróis militares Otelo e Vasco. De tão diferentes, parecia completarem-se, exactamente como aqueles: "Mário Soares, cabelos ondulados, os traços quase apagados, bochechas e rosto delicado, sem ângulos, de um homem todo *souplesse*. Álvaro Cunhal, o rosto enrugado, inteiramente dominado por profundos olhos negros, fixos e inflamados, maxilares e punhos cerrados, o sorriso raro e rígido de um homem todo energia" (Mesquita, 1994:50).

O que, contudo, distingue estes dois civis dos militares é que eles vão, cada um a seu modo, e portanto também definitivamente separados, ser protagonistas do processo de "normalização" da vida política portuguesa, que, como sabemos, traz inevitavelmente consigo a dissolução de toda a mitologia revolucionária. Ligados ao percurso dos seus respectivos partidos, defensores de projectos políticos diversos, vão, apesar de tudo, viver tempos de normalidade e não de agitação e os portugueses aprendem a conviver com eles nesses papéis. Nesse sentido, Mário Soares, porque protagoniza o projecto vencedor na

sociedade portuguesa, é o nome que ficará definitivamente ligado a esse período de desinvestimento mitológico, muito mais marcado pela política como arte do possível, do compromisso e da prudência. Perde por esse facto muito mais carga mitológica do que Álvaro Cunhal, que, em parte pelo passado heroico de lutador antifascista com duríssimas provas dadas, quer na clandestinidade, na prisão ou no exílio, em parte pelo presente, mantendo-se intransigente na defesa dos seus ideais, em tempos tão difíceis, perserva uma aura mitológica que, no que tem de inconsciente e de imaginário, não se baseia tanto nas ideias que defende, como no seu fortíssimo carisma pessoal.

*Portugal no coração do Mundo...*

"E nós,  
todos nós, chegámos a pensar  
que éramos maiores do que somos. "

José Gomes Ferreira

1. Esta é a melhor forma de expressar a realidade do ciclo revolucionário que, como referimos atrás, cumpriu rigorosamente as funções típicas de todas as revoluções. No entanto, se muita coisa aproxima as revoluções, também algo as separa e individualiza, fazendo delas ao mesmo tempo acontecimentos iguais e sempre diferentes. Falámos do que no essencial fez a nossa revolução igual às outras. Vejamos agora um pouco do que ela trouxe de diferente. Como afirma Eduardo Lourenço "a vários títulos a revolução de 25 de Abril, a começar pelo epíteto mítico que a tomou célebre no Mundo foi um acontecimento singular". (*Expresso*, 22 Abr. 1989).

A começar pelo epíteto: Revolução dos Cravos. É ainda hoje difícil imaginar o impacto que quer entre nós, quer no estrangeiro, provocou este aspecto insólito e carregado de simbolismo de uma revolução de cujas armas em vez de balas saem cravos vermelhos, e que não por acaso tem como símbolo mais conhecido o comovente cartaz da criança colocando o cravo no cano de uma espingarda. Penso não andarmos longe da verdade se afirmarmos que esse é o aspecto mais glosado por poetas e escritores em geral e, consequentemente, o aspecto que mais toca a sensibilidade popular. O cravo vermelho tomou-se pois, o símbolo da revolução mais pacífica da história. E como disse Natália Correia: "Os agoirentos da morte do 25 de Abril não

aprendem esta dimensão de um movimento revolucionário em que, não por acaso, as flores substituíram as balas. Não importa. Essa magia está viva na memória dos poetas, e os poetas são a memória do povo".

2. Um outro aspecto posto em relevo sobretudo por jornalistas, mas de profundas consequências em geral, é que se tratou da última revolução pela rádio. Na verdade, à semelhança da República, que foi instaurada em Portugal pelo telégrafo, ou seja, tudo se decidindo em Lisboa e comunicado depois, por essa via, ao resto do país, com o 25 de Abril aconteceu o mesmo: tudo se passa em Lisboa e é comunicado via rádio ao resto do país. Ao contrário do que poderia parecer, não foi ainda uma revolução feita pela televisão como virá a acontecer, por exemplo, com as que se seguiram no leste europeu, de que é exemplo mais gritante a queda de Ceausescu, e toda a movimentação popular na Roménia, que culmina com a própria execução em directo para as televisões de todo o mundo do líder comunista e sua mulher. Na verdade, como afirma Adelino Gomes, um dos jornalistas que mais de perto acompanhou e viveu a Revolução dos Cravos, oferecendo-nos dela momentos inesquecíveis: "O 25 de Abril foi a última revolução feita pela rádio. Foi pela rádio que os revoltosos emitiram as suas mensagens; foi a rádio que primeiro ocuparam enquanto que a televisão só mais tarde mudou de mãos e só à noite emitiu mensagens." (Mesquita, 1994:217).

É, pois, uma revolução cuja simbologia inicial se constrói prioritariamente com sons, e só depois com imagens. De facto, quando queremos remontar ao início, ao momento inaugural onde tudo começou, o que nos vem à memória, de imediato é a canção senha e símbolo *Grândola*, de Zeca Afonso, é a canção de Paulo de Carvalho *E depois do Adeus*, são os célebres comunicados do MFA, começados invariavelmente com as palavras conhecidas de cor, que nos deixaram, pelo menos durante vinte e quatro horas, suspensos dos aparelhos de rádio: "Aqui, posto de Comando do Movimento das Forças Armadas"...

E nos dias e meses seguintes as estações de rádio foram, de facto, ocupadas pelos militares (que assim tentavam fazer chegar a sua mensagem até à mais recôndita aldeia, através de programas como os da 5ª Divisão), pelos milhares de cidadãos que finalmente ganharam o direito à palavra, e assim podiam falar livremente da vida, do antes e do depois, numa verdadeira catarse colectiva e, sobretudo, pelos cantores; principais vítimas da censura, podiam agora livremente trazer à luz do dia muitas das suas obras censuradas e criar tantas outras em

tempo fecundo como era aquele. Zeca Afonso, (o primeiro!) Adriano, Zé Mário Branco, Sérgio Godinho, J.Jorge Letria, Fausto, Vitorino, Manuel Freire, Luís Cília, e tantos tantos outros, foram, por assim dizer, os intérpretes privilegiados da revolução vista por dentro, pelo lado do coração, ou seja: os cronistas de um quotidiano em que, mais do que de acontecimentos, se falava do modo como os acontecimentos eram vividos pelas pessoas, e, simultaneamente, os indicadores sensíveis do ritmo, das oscilações, dos avanços e recuos daquele complexo processo revolucionário em curso (PREC, como todos se lembram!). Em muitos casos com canções totalmente da sua autoria, em tantos outros servindo-se da palavra dos nossos maiores poetas, eles também, como se disse, de corpo e alma com a Revolução, e dos quais parece justo destacar o mais militante, inspirado e produtivo de todos: José Carlos Ary dos Santos.

A rádio apresenta-se assim como meio ideal de fazer emergir a palavra (fala) como acto eminentemente libertador face a um pesado silêncio que nos dominava interior e exteriormente. De tudo se falava, tudo se discutia, com o mesmo entusiasmo e empenho, como se falar fosse (quase) resolver: a vida privada, os comportamentos sexuais, a libertação das mulheres, o conflito de gerações, cinema, teatro e literatura, e, claro, sempre, política, política, política. A rádio estava, pois, as 24 horas do dia ao serviço da verbalização de emoções nunca dantes vividas: revolta, inconformismo, recusa por tudo o que o passado representava, celebração do presente, certeza inabalável num futuro melhor. A televisão, há vinte anos, apresentava ainda a desvantagem de não chegar a todo o lado, e de muito dificilmente conseguir cobrir acontecimentos em directo, o que, hoje, como é evidente, já não acontece. Mesmo uma das reportagens televisivas mais célebres do processo, de que foi autor precisamente Adelino Gomes, a reportagem do 11 de Março de 1975 junto ao RALIS, "passou em diferido. O filme durou horas a revelar e, antes de ir para o ar, visionaram-no numerosos militares. Era meia noite quando a transmissão se efectuou. Doze horas depois do acontecimento que a justificara." (Mesquita, 1994:217).

Mas se tudo começou pela rádio, curiosamente, tudo acabou pela televisão, como afirma Amadeu Lopes Sabino: "O início do movimento é desencadeado por códigos transmitidos pela rádio; mas a televisão porá fim à euforia. É dos estúdios do Lumiar, que no dia 25 de Novembro de 1975, Duran Clemente tenta, em registo patético, levantar os ânimos populares; a sua substituição no ecrã por um filme de Dany

Kaye simboliza o fim do interregno revolucionário". (*Diário de Notícias*, 10 Maio 1994).

3. Por último, um outro aspecto, não captado pelas camadas populares mas suficientemente salientado pelos estudiosos nacionais e estrangeiros, reside no facto de o 25 de Abril ser uma revolução, por assim dizer, difícil de catalogar.

Para uns terá sido uma "revolução contra-ciclo", ou seja, uma revolução que eclodiu num tempo e lugar (Europa, 1974) em que já não se criam possíveis as revoluções. Uma revolução que tardiamente e, portanto, também inesperadamente, vem a constituir a última da série inaugurada com a queda das ditaduras fascistas e nazis na 2ª Guerra Mundial. Para outros, ao contrário, ela abriu um novo ciclo de transformações sócio-políticas que, começando em Espanha, vai até à Grécia, influencia decisivamente alguns países da América Latina (caso das Filipinas) influencia também as mudanças no Leste e chega até à própria África Austral. Para outros ainda, ela terá sido as duas coisas. A dificuldade na caracterização do 25 de Abril vem ganhando corpo na reflexão de alguns dos mais importantes estudiosos desse período. E, embora com pontos divergentes, quer nas permissas quer nas conclusões, essa preocupação parece constante em autores como Boaventura de Sousa Santos, Medeiros Ferreira ou António Reis. Na verdade, é essa dificuldade de catalogação que leva Medeiros Ferreira a chamar à Revolução dos Cravos uma "revolução imperfeita", António Reis a considerá-la simultaneamente "um golpe militar clássico falhado e uma revolução clássica falhada" e, finalmente, Boaventura Sousa Santos a vê-la como um "curto-circuito histórico que provocou uma dramática aceleração histórica na nossa sociedade"(In: *Jornal de Letras* "Vinte anos de Futuro", 27 Abr. 1994).

Não se tratando aqui de discutir esta apaixonante questão, interessa-nos apenas salientar que, conforme a perspectiva escolhida, assim se valorizam ou desvalorizam certos elementos simbólicos característicos destes períodos revolucionários. A tese da revolução "contra-ciclo" foi, em nossa opinião, a que mais adeptos teve num primeiro momento, até porque as outras interpretações só com o decorrer do tempo poderão desenvolver-se, vindo, pois, a ganhar consistência à medida que se pode lançar um olhar crítico distanciado sobre o acontecimento e suas repercussões posteriores, o que de todo se afasta do olhar mítico-simbólico que aqui tentamos desenhar.

Por isso, ao valorizarmos sobretudo a visão da revolução "contra-

ciclo" fazemo-lo apenas porque, em nossa opinião, é a que mais carga simbólica transporta e não porque a pensemos incompatível com as outras interpretações referidas.

Nessa perspectiva, a Revolução Portuguesa transforma-se no "último teatro leninista", para utilizar a feliz expressão de Dominique Pouchin, jornalista do *Le Monde*, autor de algumas das mais belas páginas escritas no estrangeiro sobre a o 25 de Abril: "Portugal oferecia-nos uma Cuba na Europa do sul. Não era perante um caso de exotismo que nos encontrávamos, mas sim perante a ideia de que a Revolução era de novo possível no Velho Continente, no cabo da Europa. De que, por uma singular curva da História, a revolução que tinha ganho a periferia, o Chile, o Vietnam, podia regressar ao centro e adquirir actualidade num país europeu, perto de nós" (Mesquita, 1994:180).

Mas o autor, num misto de ironia e provocação insiste no vocábulo *teatro*, para significar aquilo que em sua opinião houve de espectacularidade, de representação na Revolução, e que, segundo ele, foi quase tudo: "Eram os blindados do RALIS virando os canhões para a fachada de S. Bento, uma imagem extraordinária que nos transportava para o Palácio de Inverno; eram as manifestações que desciam as ruas do Bairro Alto, gritando e exigindo a dissolução da Assembleia Constituinte; eram os operários da construção civil sitiando o Parlamento; eram os soldados encapuçados dando conferências de imprensa, e anunciando a criação de soviets nas Forças Armadas; eram os camponeses alentejanos em constantes idas e vindas no caminho Évora-Lisboa. Com todas estas imagens, e com todo este teatro, operou-se em Portugal uma espécie de reposição histórica, reunindo todos ou quase todos os ingredientes do leninismo." (Mesquita, 1994:181).

Dito de outra forma, mais concisa, mas precisamente com o mesmo sentido, acentuando sobretudo o aspecto de verdadeira "orgia da palavra" que se viveu neste período, afirma Vasco Lourenço: "em palavras fizemos a maior revolução do mundo!".

Mas tal como Dominique Pouchin, muitos outros jornalistas, cidadãos comuns e nomes grandes da cultura e da política (tais como Sartre, Ernest Mendel, Cohn-Benddit, Graham Greene, entre outros), sentiram aquele irresistível fascínio de poder assistir *in loco*, e talvez pela primeira e última vez na história, a algo que só conheciam dos livros. Portugal passou a ser, assim, um verdadeiro laboratório de análises sociais e políticas. E os relatos na imprensa estrangeira ultrapassam muitas vezes em entusiasmo e em fervor revolucionário

os relatos dos jornalistas portugueses. Por exemplo, Colette Braeckman descreve assim a festa do 1º de Maio: "Vermelha era Lisboa neste 1º de Maio de liberdade, vermelha a cidade reconquistada pelo povo. Vermelha como a própria felicidade, como a vida reencontrada depois de meio século de anestesia. E vermelhos eram, também, os cravos nas bocas dos canhões, nas baionetas das espingardas, na lapela dos uniformes, sobre todos os corações unidos na mesma alegria" (Mesquita, 1994:35).

Todos os ingredientes de um teatro leninista, pois, a que não faltou como cenário de excepção, um imenso painel alusivo ao filme de Eisenstein, *O Couraçado Potemkine*, que recobria a fachada do Cinema Império, assim simbolizando o fim de um regime que tinha na censura o seu mais odioso suporte.

Não por acaso Portugal passou a ser notícia de primeira página na imprensa internacional, facto tanto mais significativo quanto teve de competir em França com as eleições presidenciais que deram a vitória a Valéry Giscard d'Estaing e nos EUA com a derrota do exército americano no Vietnam e com o célebre caso Watergate. Estados Unidos, que nem eles próprios foram imunes ao poder das metáforas revolucionárias de que falamos, quando, pela voz do seu conselheiro presidencial, Henry Kissinger, advertiam Mário Soares de que ele poderia vira ser o Kerensky da Europa.

Basta pois, folhearmos a imprensa desses dias que abalaram Portugal, e o que deles se perserva no que respeita à riquíssima iconografia revolucionária (cartazes, autocolantes, emblemas, e sobretudo os magníficos murais que cobriram as paredes deste país, particularmente nos grandes centros) para nos apercebermos, de imediato, de que essa intensa mitificação ideológica do universo político nacional se operou totalmente sob o modelo clássico do que designámos de revolução "contra-ciclo". Quem se não lembra dos gigantescos murais pintados pelos pequenos partidos de extrema-esquerda, especialmente do MRPP, (em que a falta de implantação social era compensada com a proliferação e espectacularidade de símbolos e rituais) onde em fundo obrigatoriamente vermelho, se desenhavam os perfis dos seus pais ideológicos, dos seus dirigentes históricos mais notáveis, ou de heroicos representantes da gloriosa classe operária?

Ao privilegiar, porém, os relatos da imprensa estrangeira queremos sublinhar a verdadeira onda de entusiasmo que a Revolução Portuguesa causou no Mundo mas sobretudo na Europa, nessa Europa "que queríamos revolucionar e que, diga-se de passagem, julgou que

ia revolucionar-se connosco". (Eduardo Lourenço, *Expresso*, 22 Abr. 1989).

Depois Portugal desapareceu de novo. Como antes do 25 de Abril, as cores e os sons da Revolução foram esmorecendo, o vermelho desapareceu das ruas, como as pessoas, as canções e os *slogans* rapidamente esquecidos. "Indubitavelmente Portugal não só deixou de figurar na primeira página do *New York Times*, como desapareceu, praticamente, da imprensa mundial. Foi preciso um incêndio na baixa lisboeta para que, de novo, se falasse do país." (Mesquita, 1994:241).

Como afirma muito melancolicamente o personagem principal do filme *Gestos e Fragmentos* "o papel dos políticos hoje em dia, é manter-nos afastados da política. É encerrar-nos nos nossos quartos. É levar-nos a comprar um televisor a cores e ligá-lo para os ouvir."

Mas será que tudo voltou realmente ao que era dantes?

"O 25 de Abril mudou completamente o rumo da minha vida. Nunca mais voltei a ser o mesmo indivíduo. A aprendizagem política provocou uma revolução dentro de mim", diz-nos Rogério Dias de Sousa; ou igualmente como afirma Maria de Lurdes Torres: "O 25 de Abril foi a minha universidade, deu-me um enriquecimento muito grande. Foi o tempo mais importante da minha vida". E o mesmo dirão tantos e tantos Rogérios e Marias de Lurdes deste país, ontem mobilizados em inadiáveis e exaltantes tarefas colectivas (as ocupações, as manifestações, a auto-gestão, a reforma agrária, os saneamentos), acreditando ser possível transformar o mundo e a vida, e hoje resignados, vergados ao peso da decepção, do desencanto, do silêncio e da indiferença.

Mais tarde ou mais cedo far-se-á o balanço (está já a ser feito) entre o imenso capital mítico-simbólico investido nesta revolução e o que ela mudou de facto na vida dos portugueses que a fizeram e viveram. É uma tarefa difícil, lenta e complexa, que exige paciência, lucidez e paixão em doses equilibradas, e para a qual se têm de convocar todas as vozes de Abril, desde as mais sonoras e límpidas às mais (im)perceptíveis e obscuras. Não será por isso, como Abril não foi, tarefa de poucos, mas de muitos e variados esforços conjugados nesse projecto imenso que é o levantamento do que do sonho se fez, do que ficou por fazer e do que pode ainda ser feito. Trata-se, no fundo, de tentar medir a distância que vai entre estes versos de uma das canções emblemáticas do 25 de Abril, a *Chulinha* de José Mário Branco:

"foi um sonho lindo que acabou  
houve aqui alguém que se enganou"

e estes outros, ainda da mesma canção:

"é um lindo sonho pra viver  
quando toda a gente assim quiser. "

### Bibliografia

- CARMO, Helena, "Vivi por antecipação a derrocada". In: Dinossauro, Edições (ed.), *O Futuro era agora*, Lisboa, Edições Dinossauro, 121-123,1994.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*. Lisboa, Bertrand, 1977.
- CUNHA, Paulo Ferreira da, "Mito e Ideologias. Em tomo do preâmbulo da Constituição", In: *Vértice*, (7:2ª série): pp. 25-34,1988.
- FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. Lisboa, INCM, 1983.
- "25 de Abril de 1974: uma Revolução imperfeita", In: *Revista de História das Ideias*, 7: pp. 391-426,1985.
- FORTE, Manuel Lourenço, *Sócio-Psicanálise da Revolução Portuguesa de 1974*. Lisboa, Diglivro, 1982.
- GIRARDET, Raoul, *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris, Seuil, 1986.
- GOMES, Costa, *Discursos Politicos*. Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 1976.
- GONÇALVES, Vasco, *Discursos.Conferências. Entrevistas*. Lisboa, Seara Nova, 1977.
- LOURENÇO, Eduardo, "Um homem do (nosso) destino". In: Bertrand (ed.), *Alvorada em Abril*. Lisboa, Bertrand, 9-14,1977.
- MESQUITA, Mário; Rebelo, José, *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Afrontamento, 1994.
- MOTA, Gomes, *A Resistência*. Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976.
- SACRAMENTO, Mário, "Sal e trevo: um sentido fulgurante de epopeia". In: Europa-América (ed.), *Praça da Canção*. Lisboa, Europa-América, 4ª, pp. 17-26,1979.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal 1978*. Porto, Afrontamento, 1990.

- SARAIVA, Arnaldo, "Sobre o slogan o 'Povo Unido jamais será vencido'". In: s.ed. (ed.), *Literatura Marginal/izada*. Porto, s.ed., 153-158,1975.
- SARAIVA, José Antonio; Silva, Vicente Jorge, s.d. *O 25 de Abril visto da Historia*. Lisboa, Bertrand.
- SEIXO, Maria Alzira, "Um capítulo (de rupturajna história da oratória política em Portugal.— Os discursos de Vasco Gonçalves". In: Bertrand, Livraria (ed.), *Discursos do Texto*. Lisboa, Livraria Bertrand, 325-340,1977.
- SILVA, José Manuel Rodrigues da, "Alegria e Candura". In: Dinossauro, Edições (ed.), *O Futuro era Agora*. Lisboa, Edições Dinossauro, 66-68,1994.
- WALLRAFF, Günter, *A Descoberta de uma Conspiração. A acção Spínola*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.



1. *"Não sei, limito-me a executar. Os pormenores não são comigo. Não sei pormenores nem me interessam".*



2. *Pose aristocrática e teatral, para o que contribui decisivamente o cuidado posto na escolha dos adereços, que constituirão outros tantos mitemas: o monóculo, o pingalim e as luvas.*



3. Quem fala é alguém que gosta de ser considerado como um igual ("companheiro Vasco") e que não quer representar nada, mas sim designar a própria revolução em que emocional e politicamante está envolvido.



4. *Toda a gente recorda,, certamente,, a imagem de Otelo, um jovem capitão de 37 anos, em mangas de camisa, graduado em brigadeiro.*

# Salazar, Eanes, a mesma cara



Des. do Dr. Casanova, P-1116

Em 1935, quando o fascismo se consolidava, os livros oficiais retratavam assim Salazar: a sua cara é Portugal. Salazar era, então, o homem «novo», o salvador, o restaurador da «ordem» e da «segurança».



## PPD

## INFORMA

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

QUEREMOS UM NOVO ROSTO PARA PORTUGAL



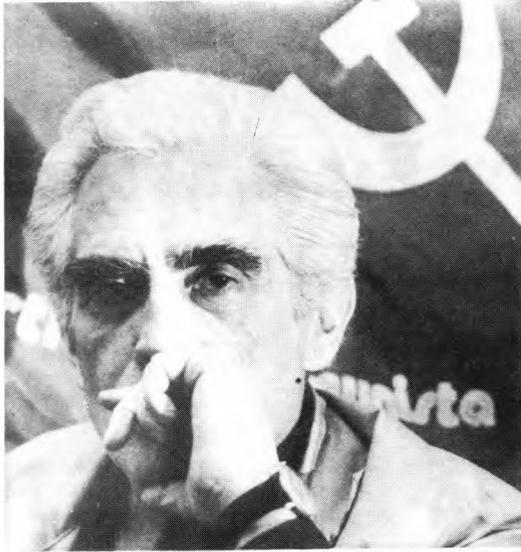
QUEREMOS UMA CARA SÉRIA A FRENTE DO PAÍS

### RAMALHO EANES

Um militar do «Movimento dos Capitães» organizado a defesa contra o golpe comunista do 25 de Novembro.

Em 1976, quando o capitalismo procura restaurar a sua «ordem», um folheto de propaganda do PPD retrata assim Eanes: com o rosto de Portugal. Eanes é, agora, o homem «novo», o salvador. O PPD lá sabe como é.

5. Não deixa de ser extremamente ilustrativo o aparecimento de um poster curiosíssimo, em que o perfil de Eanes se ajustava perfeitamente com o "perfil" de Portugal tal como já se tinha feito quarenta anos antes com o velho ditador. Alguém notou o facto, e registou...



6. "Álvaro Cunhal o rosto enrugado, inteiramente dominado por profundos olhos negros, fixos e inflamados, maxilares e punhos cerrados, o sorriso raro e rívido de um homem todo energia".



7. "Mário Soares, cabelos ondulados, os traços quase apagados, bochechas e rosto delicado, sem ângulos, de um homem todo souplesse".



8. No fundo, os portugueses amavam-nos e admiravam-nos igualmente e gostariam de os ver juntos, [...]



9. [...] tal como acontecia com os heróis militares Otelo e Vasco. De tão diferentes, parecia completarem-se, exactamente como aqueles.



10. *Essa intensa mitificação ideológica do universo político nacional operou-se totalmente sob o modelo clássico do que designámos de revolução "contra-ciclo"*